

# AVALIAÇÃO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO COMO POLÍTICA PÚBLICA DE INCLUSÃO NAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE HORIZONTE - CE

Francisca Renata Chaves de Morais <sup>1</sup>

Maria de Nazaré Moraes Soares <sup>2</sup>

## RESUMO

Nos últimos anos, o Brasil tem avançado na educação inclusiva por meio da implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, desde 2008. Esta política tem como objetivo assegurar a igualdade de acesso e oportunidades para todos os estudantes, incluindo aqueles com deficiência, através da introdução de medidas como Salas de Recursos Multifuncionais e Serviços Educacionais Especializados. No contexto teórico-metodológico, este estudo se baseia na Avaliação em profundidade proposta por Rodrigues (2008), explorando as dimensões de conteúdo, contexto, trajetória, temporalidade e territorialidade da política de Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas escolas do município de Horizonte, Ceará. A pesquisa, de natureza qualitativa e caráter exploratório-descritivo, utilizou a estratégia de estudo de caso, empregando técnicas como pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas semiestruturadas para a coleta de dados. A análise foi conduzida por meio da análise documental e de discurso. Os principais resultados desta pesquisa apontam para uma desconexão significativa entre as políticas públicas de educação inclusiva e sua implementação prática nas escolas, revelando desafios estruturais e de recursos que comprometem a eficácia do AEE. Entre os obstáculos encontrados, destacam-se a falta de espaço adequado e as longas filas de espera, que impedem que o atendimento educacional especializado atenda plenamente às necessidades dos alunos com deficiência. Apesar desses desafios, foi reconhecido o papel fundamental do AEE como um instrumento essencial para o processo de ensino e aprendizagem desses estudantes. Além disso, a pesquisa identificou uma colaboração positiva entre diferentes setores, como o Centro de Nazaré Domingos e o CACE, que fornecem suporte multidisciplinar crucial para a implementação da política de educação especial na perspectiva inclusiva.

**Palavras-chave:** Políticas públicas educacionais, Inclusão, Aprendizagem, Atendimento educacional especializado.

## INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a educação inclusiva tem emergido como um dos pilares fundamentais para a promoção da igualdade de oportunidades no ambiente escolar. Através da implementação de políticas públicas voltadas para a inclusão, busca-se garantir que todos os

---

<sup>1</sup> Mestra pelo Curso de Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará - UFC, [renatinhamorais0030@gmail.com](mailto:renatinhamorais0030@gmail.com);

<sup>2</sup> Doutora pelo Curso de Administração e Controladoria da Universidade Federal do Ceará - UFC, [nazare.soares@ufc.br](mailto:nazare.soares@ufc.br).

alunos, independentemente de suas limitações, tenham acesso a uma educação de qualidade. Neste contexto, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) destaca-se como uma política pública essencial para o suporte de estudantes com deficiência, especialmente no contexto das escolas do município de Horizonte.

A avaliação das políticas públicas, como o AEE, envolve um campo teórico robusto que abrange desde a definição e implementação até a análise dos impactos sociais e educacionais gerados. Souza (2006) ressalta a complexidade do campo das políticas públicas, destacando a interação entre atores estatais e privados na produção dessas políticas, bem como as dinâmicas históricas e sociais que moldam suas trajetórias. Nesse sentido, compreender a evolução e a efetividade do AEE é crucial para avaliar o progresso e os desafios da inclusão educacional.

A educação inclusiva, entendida como um novo paradigma, desafia as práticas educacionais tradicionais ao valorizar a diversidade e promover a escolarização de todos, respeitando os diferentes ritmos de aprendizagem e propondo novas práticas pedagógicas (Mantoan; Prieto; Arantes, 2006). Mendes (2021) aponta que, apesar dos avanços, a inclusão educacional ainda enfrenta obstáculos significativos, como a falta de recursos, a formação inadequada de professores e a infraestrutura insuficiente. Esses desafios evidenciam a necessidade de um compromisso contínuo com a promoção da inclusão e a adaptação das políticas educacionais às realidades locais.

Este trabalho tem como objetivo avaliar a implementação e os resultados do AEE nas escolas de Horizonte, buscando compreender como essa política pública tem contribuído para o desenvolvimento acadêmico dos alunos com deficiência e quais barreiras ainda persistem na prática escolar. A pesquisa foi conduzida com base em uma abordagem qualitativa, utilizando entrevistas semiestruturadas com gestores escolares e profissionais do AEE, bem como análise documental das políticas educacionais vigentes.

A metodologia adotada permitiu uma análise em profundidade das práticas inclusivas no contexto escolar, alinhando-se à perspectiva contra hegemônica de avaliação que valoriza a interdisciplinaridade e a multidimensionalidade na análise de políticas públicas (Rodrigues, 2008; 2019; Gussi, 2008, 2015; Gonçalves, 2008). Este enfoque metodológico foi complementado por uma análise crítica dos discursos e práticas institucionais, considerando as diferentes interpretações e experiências dos atores envolvidos na implementação do AEE (Lejano, 2012).

Os resultados obtidos contribuem para o entendimento dos impactos do AEE como política pública de inclusão, destacando tanto os avanços quanto as limitações enfrentadas pelas escolas de Horizonte, apontando para a necessidade de uma revisão contínua das práticas

inclusivas e de um fortalecimento das políticas de formação e suporte aos profissionais de educação, com o objetivo de garantir uma inclusão plena e efetiva no ambiente escolar. Espera-se que os resultados desta pesquisa possam informar futuras políticas públicas e práticas educacionais, promovendo um sistema educacional mais equitativo e inclusivo.

## **METODOLOGIA**

A metodologia utilizada para a realização deste estudo foi estruturada em três etapas principais, visando atender aos objetivos estabelecidos. Primeiramente, foi realizada uma pesquisa documental e bibliográfica abrangente, a fim de coletar informações essenciais sobre o contexto da política pública de inclusão educacional no município de Horizonte, CE. Essa etapa foi fundamentada em materiais como leis, decretos, portarias, documentos institucionais e artigos científicos, conforme descrito por Gil (2008). A escolha por uma pesquisa bibliográfica e documental foi motivada pela necessidade de fundamentar a análise e argumentação com base em fontes já consolidadas e validadas, permitindo uma visão ampla e contextualizada da política pública em questão.

Na segunda etapa, foram conduzidas entrevistas semiestruturadas com atores institucionais diretamente envolvidos na implementação da política pública. Esse método foi escolhido por sua flexibilidade, conforme destacado por Minayo, Deslandes e Gomes (2009), permitindo ao pesquisador explorar tanto perguntas fechadas quanto abertas, ajustando o roteiro conforme a evolução das respostas dos entrevistados. As entrevistas foram fundamentais para capturar a percepção e a interpretação dos sujeitos institucionais sobre a política pública, fornecendo dados qualitativos ricos para a análise.

Finalmente, a análise dos dados coletados foi realizada por meio da análise de discurso, seguindo a metodologia proposta por Orlandi (2009). A análise de discurso foi escolhida por sua capacidade de considerar o discurso como uma produção cultural, que reflete as ideologias, crenças e o contexto social dos sujeitos entrevistados. Além disso, a análise de discurso permite uma compreensão aprofundada de como os significados são construídos e relacionados ao contexto social mais amplo, sendo, portanto, uma técnica adequada para interpretar os dados qualitativos obtidos.

Esses procedimentos metodológicos foram integrados para fornecer uma compreensão detalhada e contextualizada da Política Pública de inclusão educacional em Horizonte, CE, permitindo uma análise crítica de sua implementação e dos desafios enfrentados.

## REFERENCIAL TEÓRICO

A inclusão educacional no Brasil tem sido marcada por avanços e desafios que refletem a complexidade do processo de adaptação das práticas pedagógicas para atender à diversidade de estudantes. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (PNEEPEI), implementada em 2008, é um marco significativo nesse contexto, estabelecendo diretrizes para a inclusão de alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. A PNEEPEI prevê a oferta do AEE, formação de professores, qualificação de profissionais da educação, envolvimento da família e comunidade, e acessibilidade arquitetônica.

A formação inicial e continuada dos professores é fundamental para o sucesso da inclusão escolar. Mendes (2021) argumenta que é essencial oferecer formações que se concentrem na inclusão escolar, permitindo que os professores reflitam e experimentem práticas pedagógicas adequadas. Fullan e Hargreaves (2000) reforçam a importância da colaboração entre os profissionais da educação para promover um ambiente inclusivo, onde as necessidades de todos os alunos sejam atendidas.

A inclusão escolar é um processo dinâmico que exige mudanças significativas nas práticas educacionais. Ainscow (2005), Bedaque (2014) e Freire (2011) apontam que a criação de um ambiente de aprendizagem eficaz para alunos com deficiência requer alterações nas práticas dos educadores, gestores e professores. Além disso, a relação professor-aluno desempenha um papel crucial na aprendizagem, sendo o conhecimento construído através da interação e partilha de significados culturais e linguísticos.

A mudança de terminologias utilizadas para se referir às pessoas com deficiência também reflete as transformações nas políticas públicas e na percepção social desses indivíduos. Sasaki (2017) destaca que novos movimentos sociais buscaram romper com concepções depreciativas, adotando expressões como "pessoa com deficiência", que visam humanizar a denominação e reduzir o estigma associado à condição.

O trabalho do profissional do AEE deve transcender o espaço físico e não se centralizar em um único indivíduo. Conforme Baptista (2013), o AEE deve ser uma prática plural que objetiva modificar as relações que contribuem para a estagnação do aluno em suas dificuldades de aprendizagem e desenvolvimento. Souza, Costa e Holanda (2015) ressaltam a importância da formação contínua desses profissionais para garantir a qualidade do atendimento, abordando tanto conhecimentos gerais quanto específicos da área.

A educação inclusiva é um processo histórico e evolutivo que passou por diferentes paradigmas até chegar ao modelo atual, que visa garantir a participação de todas as pessoas no ambiente escolar e na sociedade como um todo. Para alcançar a inclusão, é necessário ajustar o sistema educacional em todos os seus níveis – político, administrativo, técnico-científico e estrutural – a fim de atender às necessidades únicas de cada aluno.

Nesse sentido, o AEE representa um guia essencial para a educação especial na perspectiva inclusiva, fortalecendo a formação de alunos com deficiência e removendo barreiras que limitam seu aprendizado nas escolas regulares. Essa política não apenas promove uma educação universal, mas também uma educação de qualidade que considera as particularidades individuais dos alunos. Para garantir a eficácia desse atendimento, é crucial que o AEE esteja alinhado às práticas pedagógicas do ensino regular e que sejam utilizados instrumentos de monitoramento e avaliação nas escolas públicas.

Portanto, a implementação efetiva das políticas públicas de inclusão no Brasil requer um compromisso contínuo com a formação de educadores, o desenvolvimento de práticas colaborativas e a promoção de uma cultura escolar que valorize a diversidade e a igualdade de oportunidades. Esses elementos são fundamentais para garantir uma educação inclusiva de qualidade que responda às necessidades de todos os estudantes, promovendo sua participação plena na sociedade.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os resultados da pesquisa indicam uma desconexão significativa entre as políticas públicas de educação inclusiva e sua implementação prática nas escolas, especialmente no que tange ao AEE. Embora a legislação que regula a educação inclusiva seja clara e bem delineada, na prática, ela enfrenta uma série de desafios estruturais que comprometem sua eficácia. Entre os obstáculos mais recorrentes está a falta de infraestrutura adequada, como salas de recursos multifuncionais insuficientes, o que gera filas de espera e impede que os alunos com deficiência sejam atendidos plenamente. Em algumas escolas, a demanda por salas de AEE ultrapassa a capacidade disponível, o que limita o atendimento a apenas um dia por semana e deixa muitos estudantes sem o suporte necessário.

Esses desafios estruturais se refletem na falha em garantir a igualdade de oportunidades no ambiente escolar, pois os alunos não recebem o atendimento especializado com a frequência necessária para o desenvolvimento adequado de suas habilidades. As longas filas de espera, mencionadas por coordenadores e professores, evidenciam a ineficiência na alocação de

recursos e na expansão de salas de AEE em municípios como Horizonte. Isso sugere que, embora as políticas públicas promovam a inclusão, sua implementação prática esbarra em limitações que precisam ser enfrentadas com mais investimentos e planejamento estratégico.

Outro ponto importante identificado na pesquisa foi o papel do AEE no processo de ensino e aprendizagem. Apesar das dificuldades estruturais, o AEE é amplamente reconhecido pelos educadores como um instrumento essencial para a inclusão de alunos com deficiência. Professores e gestores destacam que o AEE oferece suporte pedagógico vital, ajudando a adaptar o currículo e as metodologias de ensino às necessidades específicas desses alunos. Essa função é crucial para promover o desenvolvimento cognitivo e social dos estudantes, permitindo que eles se integrem de maneira mais plena ao ambiente escolar regular.

Além dos desafios relacionados à infraestrutura, a pesquisa também revelou a importância da formação continuada para os profissionais que atuam no AEE. Muitos professores e coordenadores indicaram que a formação especializada é uma ferramenta chave para a melhoria das práticas pedagógicas inclusivas. A capacitação contínua oferece aos profissionais a oportunidade de aprimorar suas habilidades e adotar novas estratégias, o que se reflete em uma abordagem mais eficaz no atendimento aos alunos com deficiência. No entanto, a falta de uma formação abrangente e sistemática também foi apontada como um dos obstáculos que limitam o impacto do AEE, sugerindo a necessidade de programas mais robustos e frequentes de capacitação.

A colaboração entre diferentes setores foi outro aspecto positivo identificado pela pesquisa. O Centro de Nazaré Domingos e o Centro de Atendimento à Criança Especial (CACE), por exemplo, desempenham um papel crucial ao fornecer suporte multidisciplinar aos alunos e professores. Essa colaboração é vista como uma prática fundamental para a consolidação da educação inclusiva no município, permitindo que os casos mais desafiadores sejam tratados com maior atenção e expertise. As reuniões entre esses centros e as escolas, além de discussões de estudos de caso, têm ajudado a estabelecer estratégias mais eficazes para atender às necessidades dos alunos com deficiência, reforçando a importância de um trabalho conjunto entre educadores, especialistas e gestores educacionais.

No entanto, apesar da colaboração entre setores, ainda há lacunas significativas na execução das políticas de inclusão. O discurso de gestores e professores revela uma realidade em que as leis estão formalmente implementadas, mas a prática cotidiana nas escolas ainda enfrenta resistências, tanto no âmbito de recursos quanto na adaptação de currículos e práticas pedagógicas. A resistência de alguns educadores em adotar plenamente as diretrizes de inclusão

foi um ponto recorrente nas entrevistas, sugerindo que o processo de inclusão ainda encontra barreiras atitudinais dentro do ambiente escolar.

Assim, os resultados da pesquisa indicam que, embora o AEE tenha um papel crucial no apoio ao desenvolvimento educacional de alunos com deficiência, sua eficácia é limitada por uma série de fatores, como a falta de infraestrutura, recursos inadequados e a resistência de alguns profissionais à inclusão. O avanço na formação continuada dos educadores e a expansão de salas de recursos multifuncionais são apontados como caminhos possíveis para superar essas barreiras e garantir que a educação inclusiva se torne uma realidade mais concreta nas escolas do município.

Esses resultados destacam a necessidade urgente de revisão e ampliação das políticas públicas de inclusão, especialmente no que tange ao AEE. O reconhecimento da importância do AEE no processo de ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência é evidente, mas sua implementação efetiva depende de uma alocação mais eficiente de recursos e de uma mudança nas práticas pedagógicas e atitudinais dentro das escolas. Somente com um compromisso real por parte das autoridades educacionais e uma maior conscientização dos educadores será possível transformar o cenário atual e garantir que todos os alunos tenham acesso ao ensino de qualidade que respeite suas particularidades e promova seu pleno desenvolvimento.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo evidenciou a relevância do AEE como uma política pública fundamental para a promoção da inclusão de estudantes com deficiência no ambiente escolar. Ao longo da investigação, foram exploradas diversas dimensões dessa política no município de Horizonte, Ceará, revelando tanto avanços quanto desafios substanciais na sua implementação.

Os resultados da pesquisa demonstram que, embora o município esteja em conformidade com as exigências legais vigentes, persistem discrepâncias entre as normas prescritas e a prática cotidiana nas escolas. A análise das narrativas dos participantes evidenciou a necessidade de revisões nas estratégias de implementação e de um maior suporte operacional, de modo a assegurar que as políticas inclusivas sejam verdadeiramente eficazes e atendam às necessidades de todos os estudantes. Essa constatação reforça a perspectiva de Bedaque (2014), ao afirmar que a inclusão transcende a mera conformidade legal, demandando uma abordagem que leve em conta as tensões e desafios práticos envolvidos na transformação dos ambientes educacionais.

Um aspecto igualmente relevante abordado nesta pesquisa foi a complexidade inerente à elaboração e execução dos PPP nas escolas, destacando-se a necessidade de uma gestão municipal mais eficiente e de um suporte pedagógico apropriado. A análise das entrevistas revelou inconsistências no desenvolvimento dos PPP, o que pode culminar em variações na qualidade do AEE oferecido. Nesse contexto, Rodrigues e Drago (2008) sublinham que o PPP é crucial para fomentar discussões sobre diversidade e revitalizar práticas educacionais, com vistas a uma transformação inclusiva mais ampla.

A parceria com o Centro de Atendimento Educacional Especializado (CACE) foi identificada como um ponto positivo, apesar dos desafios impostos pela alta demanda por serviços especializados. Ademais, foi ressaltado um novo projeto, denominado Girassol, que tem como objetivo fortalecer a colaboração entre escolas, Salas de AEE e famílias, embora sua eficácia dependa de uma implementação prática eficiente.

Conclui-se que esta pesquisa oferece uma contribuição significativa para a compreensão da eficácia do AEE como uma política pública de inclusão, apresentando recomendações valiosas para o aprimoramento das práticas educativas inclusivas no município de Horizonte. Almeja-se que os resultados obtidos inspirem ações e reflexões que contribuam para a construção de um sistema educacional verdadeiramente inclusivo, tanto em âmbito local quanto nacional.

## REFERÊNCIAS

AINSCOW, M. **Processo de inclusão é um processo de aprendizagem**. 2005. Disponível em: [www.crmariocovas.sp.gov.br/ees\\_a.php?t=002](http://www.crmariocovas.sp.gov.br/ees_a.php?t=002). Acesso em: 20 maio 2023.

BAPTISTA, C. R.; CAIADO, K. R. M. A (Org.). **Prática pedagógica na educação especial: multiplicidade de atendimento educacional especializado**. Araraquara: Junqueira & Marin, 2013.

BEDAQUE, S. A. P. **Por uma prática colaborativa no AEE: Atendimento Educacional Especializado**. São Paulo: Appris, 2014.

DIAS, R.; MATOS, F. **Políticas públicas: princípio, propósitos e processos**. São Paulo: Atlas, 2012.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se complementam**. 51 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FULLAN, M.; HARGREAVES, A. **A escola como organização aprendente: buscando uma educação de qualidade**. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.



GONÇALVES, A. F. Políticas públicas, etnografia e a construção dos indicadores socioculturais. **Revista Avaliação de Políticas Públicas**, Fortaleza, v. 1, p. 17-21, 2008.

GUSSI, A. F. Apontamentos teórico-metodológicos para avaliação de programas de microcrédito. **Revista de Avaliação de Políticas Públicas**, Fortaleza, v. 1, p. 29-37, 2008. 162

GUSSI, A. F.; OLIVEIRA, B. R. Discutindo Paradigmas Contra Hegemônicos de Avaliação de Políticas Públicas. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA NO CAMPO DE PÚBLICAS*, 1., 2015, Brasília. **Anais [...]** Brasília: Universidade do Recôncavo da Bahia, 2015.

JUNQUEIRA, L. A. P. Novas formas de gestão na saúde: descentralização e intersetorialidade. **Saúde e Sociedade**, v. 6, n. 2, p. 31-46, 1997.

LEJANO, R. P. **Parâmetros para análise de políticas públicas: a fusão de texto e contexto**. Campinas: Arte Escrita, 2012.

MANTOAN, M. T. E.; PRIETO, R.; ARANTES, V. A. **Inclusão escolar: ponto e contraponto**. São Paulo: Summus, 2006.

MENDES, M. T. S. **Formação para professores Especializados: Planejamento e Práticas Pedagógicas para estudantes com Deficiência intelectual**. 2021. 227 f. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2021.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos**. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

RODRIGUES, L. C. **Avaliação em profundidade e ecologia política: um diálogo possível**. *Revista Avaliação de Políticas Públicas*, Fortaleza, v. 2, n. 16, p. 184-207, 2019.

RODRIGUES, L. C. Proposta para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais. **Revista Avaliação de Políticas Públicas**, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 7-15, 2008.

RODRIGUES, P. S.; DRAGO, R. **Projeto político pedagógico: juntos construindo uma nova escola**. Vitória: Aquarius, 2008.

SASSAKI, R. K. Independência, autonomia e empoderamento da pessoa com deficiência. **Revista de Deficiência Intelectual**, São Paulo, v. 12, p. 14-25, 2017.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

SOUZA, M. A. P.; COSTA, M. S. O.; HOLANDA, T. R. P. A importância do Atendimento Educacional Especializado (AEE) para a aprendizagem dos alunos com deficiência. *In: SANTOS, G. C. S.; RIBEIRO, R. R. R. P. C.; SAMPAIO, R. M. G.; PINTO, S. E. L. (Org).*



**Inclusão:** saberes, reflexões e possibilidades de uma prática em construção. Fortaleza: EdUECE, 2015.